

La lettrice
Francesco Netti (1873)



APOSTILA DE ATUALIDADES

Junho|2026

LUMEN
— EX STUDIO, LUX —

MENTORIA
ESTRATÉGICA
PARA O CACD
*
Profª Raquel Medeiros

SUMÁRIO

TEMAS MULTILATERAIS.....	2
Segurança.....	2
Meio Ambiente e Energia.....	7
Direitos humanos, Saúde e afins	11
ECONOMIA.....	19
INICIATIVAS DE INTEGRAÇÃO	Erro! Indicador não definido.
RELAÇÕES BILATERAIS	26
EUA	26
Países da América Central e da América do Sul.....	28
Países africanos.....	32
Países asiáticos.....	33
Países europeus e união europeia	35
Países do Oriente Médio.....	38

TEMAS MULTILATERAIS

SEGURANÇA

1 jun

Direito do mar veta taxa iraniana em Ormuz, mas permite pedágios em Suez. Uma análise da DW explicou que o Direito Internacional do Mar não autoriza o Irã a cobrar taxas pela chamada "passagem segura" no Estreito de Ormuz. Por ser um estreito utilizado para a navegação internacional, Ormuz está submetido ao regime de **passagem de trânsito** previsto pela Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS), que assegura a livre circulação de navios e aeronaves entre duas áreas de alto-mar ou zonas econômicas exclusivas. Em contraste, canais artificiais como os de Suez e Panamá podem cobrar pedágios, uma vez que sua utilização é disciplinada por tratados específicos e justificada pelos custos de construção, manutenção e administração dessas infraestruturas. A reportagem esclarece, assim, os diferentes regimes jurídicos aplicáveis às principais rotas estratégicas do comércio marítimo mundial. **Relevância para o CACD:** A notícia articula temas centrais de Direito Internacional Público e Política Internacional, como a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS), liberdade de navegação, estreitos internacionais, soberania dos Estados costeiros e segurança das rotas marítimas. Também permite relacionar aspectos jurídicos à geopolítica da energia, evidenciando a importância estratégica do Estreito de Ormuz para o fluxo global de petróleo e gás e os impactos que eventuais restrições à navegação podem produzir sobre a economia e a segurança internacionais.

3 jun

Israel e Líbano aceitam implementar cessar-fogo em meio à guerra EUA-Irã. A Reuters noticiou que Israel e Líbano concordaram em implementar um cessar-fogo, em meio à ampliação das tensões regionais provocadas pelo conflito envolvendo Estados Unidos, Israel e Irã. O contexto era marcado pela deterioração da segurança no Golfo Pérsico e no entorno do Estreito de Ormuz, rota estratégica para o comércio energético global. A reportagem também registrou ataques iranianos contra o Kuwait e operações militares norte-americanas nas proximidades de Ormuz, o que evidenciava o risco de transbordamento do conflito para outros países da região. **Relevância para o CACD:** A notícia permite articular diferentes dimensões da segurança no Oriente Médio: o papel do Hezbollah no Líbano, a rivalidade entre Israel e Irã, a presença militar dos Estados Unidos no Golfo, a vulnerabilidade de rotas marítimas estratégicas e os riscos de escalada regional. Também é útil para discutir guerra por procuração, mediação internacional, segurança energética e os limites dos cessar-fogos em conflitos marcados por múltiplos atores estatais e não estatais.

5 jun

Guardas costeiras de Taiwan e China entram em novo impasse no Mar do Sul da China. A Reuters informou que

Taiwan registrou novo confronto entre guardas costeiras taiwanesas e chinesas nas proximidades das Ilhas Pratas, área estratégica situada no norte do Mar do Sul da China. O episódio insere-se no contexto mais amplo de pressão militar e marítima exercida por Pequim sobre Taiwan, por meio de incursões, patrulhas e ações de coerção em zonas disputadas. Taipei, por sua vez, rejeita as reivindicações chinesas de soberania e denuncia essas iniciativas como parte de uma estratégia gradual de intimidação e alteração do status quo regional. **Relevância para o CACD:** A notícia é relevante para compreender a segurança no Indo-Pacífico, a rivalidade China–Taiwan e o uso de “zonas cinzentas”, isto é, ações coercitivas abaixo do limiar da guerra aberta. Também permite discutir liberdade de navegação, disputas marítimas no Mar do Sul da China, presença de guardas costeiras como instrumento de pressão geopolítica e a crescente centralidade do Indo-Pacífico na agenda de segurança internacional.

8 jun

Irã promete manter controle sobre Ormuz apesar de novas sanções europeias. Autoridades iranianas reafirmaram a intenção de exercer maior controle sobre o Estreito de Ormuz em resposta ao endurecimento das sanções impostas pela União Europeia. O debate concentrou-se na possibilidade de o Irã restringir ou condicionar a navegação na região, incluindo discussões sobre eventual cobrança de taxas de passagem, autorização para o trânsito de embarcações e gestão do tráfego marítimo. As declarações reacenderam preocupações quanto à segurança de uma das principais rotas de exportação de petróleo e gás do mundo, responsável por parcela significativa do comércio energético global, além de levantar questionamentos sobre a compatibilidade dessas medidas com o regime jurídico estabelecido pelo Direito Internacional do Mar. **Relevância para o CACD:** A notícia permite discutir a interação entre soberania estatal e os limites impostos pelo Direito Internacional aos estreitos utilizados para a navegação internacional, especialmente à luz da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS). Também favorece a análise dos impactos geopolíticos das sanções internacionais, da segurança energética, da importância dos *chokepoints* marítimos e da utilização de gargalos estratégicos como instrumento de pressão diplomática e geoeconômica nas relações internacionais.

12 jun

EUA e Irã sinalizam acordo para encerrar guerra e reabrir Ormuz. A Reuters informou que Washington e Teerã sinalizaram a possibilidade de um acordo inicial para reduzir as tensões no Golfo Pérsico. A proposta envolveria a reabertura do Estreito de Ormuz, rota essencial para o comércio internacional de petróleo e gás, e a criação de uma etapa posterior de negociações sobre temas nucleares e de segurança regional. O entendimento preliminar indicava uma tentativa de separar medidas urgentes de desescalada — como a normalização da navegação em Ormuz — de questões mais complexas, como o programa nuclear iraniano, sanções e garantias de segurança. **Relevância para o CACD:** A notícia é fundamental para discutir não proliferação nuclear, diplomacia coercitiva, uso de sanções econômicas, segurança energética e negociação em contexto de conflito. Também permite analisar a relação entre medidas emergenciais de estabilização regional e negociações diplomáticas de longo prazo, além de evidenciar a centralidade do Estreito de Ormuz como ponto sensível da economia global e da segurança internacional.

4 jun

Coreia do Norte declara encerrada “irreversivelmente” a desnuclearização. A Reuters informou que a Coreia do Norte declarou considerar a desnuclearização da Península Coreana um "assunto encerrado", rejeitando qualquer possibilidade de retomar negociações nesse sentido. A manifestação foi uma resposta às discussões entre Estados Unidos e Coreia do Sul sobre o fortalecimento da dissuasão estendida (*extended deterrence*), que inclui o reforço das garantias de defesa norte-americanas, inclusive por meio de seu arsenal nuclear. A declaração de Pyongyang evidencia a continuidade de sua estratégia de consolidar o programa nuclear como elemento permanente de sua segurança nacional e de sua capacidade de dissuasão frente aos Estados Unidos e seus aliados. **Relevância para o CACD:** A notícia aborda um dos temas mais recorrentes da agenda de segurança internacional: a proliferação nuclear na Península Coreana. Permite discutir o funcionamento do regime internacional de não proliferação, os limites da diplomacia e das sanções econômicas para conter programas nucleares, a lógica da dissuasão nuclear estendida (*extended deterrence*) e os impactos da persistência do programa nuclear norte-coreano para o equilíbrio estratégico no Leste Asiático e para a arquitetura global de segurança.

18 jun

Acordo EUA-Irã reabre Ormuz, mas Israel bombardeia novamente o Líbano. A CNN Brasil informou que, após a assinatura de um acordo provisório entre Estados Unidos e Irã, superpetroleiros voltaram a atravessar o Estreito de Ormuz, sinalizando uma tentativa inicial de normalização da navegação em uma das rotas energéticas mais estratégicas do mundo. No mesmo dia, contudo, Israel retomou bombardeios no Líbano, o que evidenciou a fragilidade da desescalada regional. O episódio demonstrou que a redução das tensões no Golfo Pérsico não implicava, necessariamente, estabilização ampla do Oriente Médio,

dada a conexão entre o conflito Irã–Israel–EUA, a atuação de atores armados no Levante e a vulnerabilidade das rotas marítimas de energia. **Relevância para o CACD:** A notícia permite compreender a interdependência entre segurança marítima, segurança energética e conflitos regionais no Oriente Médio. Também é útil para discutir a importância do Estreito de Ormuz como *chokepoint* global, os limites de acordos provisórios de desescalada, a projeção de poder dos Estados Unidos no Golfo, a rivalidade entre Irã e Israel e a instabilidade persistente no Líbano. Para o CACD, o caso é especialmente relevante por articular Direito Internacional, Política Internacional, geopolítica da energia e segurança regional.

24 jun

AIEA sinaliza inspeções em instalações nucleares iranianas. A AP News informou que o diretor da Agência Internacional de Energia Atômica indicou que inspetores deveriam visitar instalações iranianas de enriquecimento de urânio, etapa considerada central para a implementação das negociações posteriores ao acordo provisório. A inspeção teria como objetivo verificar as condições do programa nuclear iraniano, avaliar o grau de conformidade de Teerã com obrigações internacionais e criar bases técnicas para um eventual entendimento mais amplo sobre limites ao enriquecimento, monitoramento internacional e garantias de uso pacífico da energia nuclear. **Relevância para o CACD:** A notícia é especialmente relevante para o estudo do regime internacional de não proliferação nuclear, com destaque para o Tratado de Não Proliferação Nuclear, as salvaguardas da AIEA e os mecanismos de verificação internacional. Também permite discutir diplomacia nuclear, confiança entre partes adversárias, relação entre inspeções técnicas e negociação política, além dos limites da governança multilateral em contextos de crise de segurança regional.

25 jun

ONU suspende escolta de navios em Ormuz após ataque a embarcação. A Reuters informou que a ONU suspendeu as operações de escolta de embarcações no Estreito de Ormuz após um ataque contra um navio comercial, reacendendo preocupações quanto à fragilidade do acordo preliminar firmado entre Estados Unidos e Irã para reduzir as tensões na região. Autoridades norte-americanas atribuíram a responsabilidade pelo ataque ao Irã, aumentando o risco de deterioração do processo de desescalada e de novos episódios de instabilidade em uma das principais rotas do comércio marítimo mundial. O incidente reforçou a percepção de que, mesmo diante de avanços diplomáticos, a segurança da navegação permanece altamente vulnerável em contextos de rivalidade geopolítica. **Relevância para o CACD:** A notícia é particularmente relevante para discutir segurança marítima, proteção das linhas de comunicação marítima (*Sea Lines of Communication* – *SLOCs*), uso da força e atribuição de responsabilidade no Direito Internacional. Também permite analisar o papel das organizações internacionais na gestão de crises, os desafios da governança de bens públicos globais, a importância

estratégica do Estreito de Ormuz para a segurança energética e os riscos que conflitos regionais representam para a estabilidade do comércio internacional e da ordem marítima internacional.

25 jun

OTAN anuncia novos contratos de defesa em meio à pressão por rearmamento. A Reuters informou que o secretário-geral da OTAN anunciou a expectativa de novos contratos bilionários de defesa durante a cúpula da aliança. O movimento refletiu o esforço dos países-membros para ampliar capacidades militares, modernizar equipamentos, recompor estoques de munições e fortalecer a base industrial de defesa diante do ambiente de segurança europeu transformado pela guerra da Ucrânia. A iniciativa também sinalizou a tentativa da OTAN de reforçar sua capacidade de dissuasão contra a Rússia e de reduzir vulnerabilidades reveladas pelo conflito. **Relevância para o CACD:** A notícia é relevante para compreender a reorganização da segurança europeia no pós-2022, especialmente no que se refere ao aumento dos gastos militares, ao debate sobre *burden sharing* entre Estados Unidos e aliados europeus, à revitalização da indústria de defesa e à função da OTAN como mecanismo de dissuasão coletiva. Também permite discutir a permanência do papel estratégico dos EUA na segurança europeia e os desafios da autonomia europeia em matéria de defesa.

29 jun

Europa repensa modo de fazer guerra diante da ameaça russa. A Reuters publicou uma análise sobre a transformação do planejamento militar europeu diante da persistência da ameaça russa e das lições extraídas da guerra da Ucrânia. A reportagem destacou que os países europeus vêm reformulando suas estratégias de defesa, com investimentos crescentes em drones, sistemas de defesa aérea, mobilidade militar, produção de munições e aumento da prontidão das forças armadas para conflitos de alta intensidade. O processo reflete a percepção de que a segurança do continente exige maior capacidade de resposta, integração entre aliados e adaptação às novas formas de guerra, marcadas pelo emprego intensivo de tecnologias, inteligência e sistemas não tripulados. **Relevância para o CACD:** A notícia é especialmente importante para compreender a evolução da guerra contemporânea e a reconfiguração da arquitetura de segurança europeia. Permite discutir o processo de rearmamento dos países europeus, a adaptação da OTAN às novas ameaças, os impactos estratégicos da guerra da Ucrânia sobre doutrinas militares e a crescente incorporação de tecnologias como drones, inteligência artificial e sistemas de defesa aérea. Também favorece reflexões sobre inovação militar, indústria de defesa, capacidade de dissuasão e transformação dos conflitos no século XXI.

30 jun

Ucrânia se prepara para possível nova ofensiva russa pelo norte. A Reuters informou que o comandante das Forças Armadas da Ucrânia, Oleksandr Syrskyi, afirmou que Kyiv se preparava para uma possível nova ofensiva russa a partir da região de Bryansk, próxima à fronteira norte ucraniana. Segundo Syrskyi, a operação poderia ter como objetivo pressionar a região de Chernihiv, obrigando a Ucrânia a redistribuir tropas e ampliar a extensão da linha de frente. A avaliação reforça a estratégia russa de explorar múltiplos eixos de ataque para desgastar as capacidades militares ucranianas, aumentar os custos da defesa territorial e dificultar a concentração de forças em áreas prioritárias do conflito. **Relevância para o CACD:** A notícia permite compreender a dinâmica da guerra de atrito na Ucrânia, marcada pelo desgaste progressivo de recursos humanos, logísticos e industriais. Também favorece a análise da estratégia militar russa de ampliar a pressão sobre diferentes frentes de combate, da importância da defesa territorial e da mobilidade operacional para a Ucrânia e dos impactos do conflito sobre a arquitetura de segurança europeia. O tema ainda possibilita discutir conceitos como profundidade estratégica, logística militar, capacidade de mobilização e os desafios dos conflitos convencionais de alta intensidade no século XXI.

MEIO AMBIENTE E ENERGIA

3 jun

Cidades brasileiras ainda não têm planos contra calor extremo. Estudo elaborado no âmbito da preparação para a COP30, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), revelou que 66% dos municípios brasileiros ainda não elaboraram planos específicos para enfrentar eventos de calor extremo ou se encontram apenas nas etapas iniciais de planejamento. O levantamento evidencia a baixa capacidade de adaptação de grande parte das cidades brasileiras diante da intensificação dos eventos climáticos extremos, fenômeno associado às mudanças climáticas. **Relevância para o CACD:** O tema é altamente relevante para a prova por permitir discutir adaptação climática, governança multinível, planejamento urbano resiliente, justiça climática, saúde pública e desigualdades socioambientais. Também reforça a importância da agenda da COP30 e das políticas de adaptação, tema que ganha crescente destaque nas negociações climáticas internacionais.

5 jun

Reuters destaca risco de El Niño forte em 2026. No Dia Mundial do Meio Ambiente, a Reuters destacou alerta da Organização Meteorológica Mundial sobre a elevada probabilidade de formação de um novo episódio de El Niño até agosto de 2026. O fenômeno pode intensificar anomalias de temperatura e precipitação em diferentes regiões do mundo, ampliando o risco de secas, enchentes, perdas agrícolas e pressão sobre sistemas energéticos dependentes de recursos hídricos. **Relevância para o CACD:** O tema é relevante por articular mudanças climáticas,

variabilidade climática natural, segurança alimentar, matriz energética e vulnerabilidade diferenciada dos países do Sul Global. Para o CACD, permite discutir como fenômenos climáticos extremos afetam economias dependentes da agricultura, sistemas hidrelétricos, inflação de alimentos e capacidades nacionais de adaptação.

9 jun

Copa do Mundo ampliada reacende debate sobre emissões. A Reuters analisou o custo climático da Copa do Mundo de 2026, que tende a ser ampliado pelo novo formato da competição, com mais seleções, mais jogos e sedes distribuídas por grandes distâncias na América do Norte. A expansão do torneio deve elevar as emissões associadas ao transporte aéreo de equipes, torcedores, imprensa e estruturas operacionais, reacendendo críticas sobre a compatibilidade entre megaeventos esportivos e metas climáticas. **Relevância para o CACD:** O caso é relevante por permitir discutir a relação entre mudanças climáticas, transporte internacional, consumo energético, governança privada e responsabilidade ambiental de grandes organizações transnacionais. Também é um bom exemplo para tratar de greenwashing, já que compromissos de neutralidade de carbono em megaeventos costumam ser questionados pela dificuldade de compensar emissões efetivamente geradas.

11 jun

Desmatamento na Amazônia cai 61,4% em maio. Dados divulgados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) indicaram queda histórica nos alertas de desmatamento da Amazônia Legal em maio de 2026, registrando redução de 61,4% em comparação com o mesmo período do ano anterior. O levantamento também apontou diminuição dos alertas no Cerrado, refletindo a continuidade das ações de fiscalização, monitoramento por satélite e combate aos crimes ambientais conduzidas pelo governo federal. **Relevância para o CACD:** Trata-se de uma das notícias ambientais mais relevantes do mês para o CACD, pois permite discutir a política ambiental brasileira, o monitoramento do desmatamento por sensoriamento remoto, a proteção da Amazônia e do Cerrado, a implementação do Código Florestal e os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil no âmbito do Acordo de Paris e da COP30. O tema também é importante para analisar os impactos da política ambiental sobre a imagem internacional do Brasil e sua capacidade de exercer liderança nas negociações climáticas globais.

11 jun

Fundo Amazônia quadruplica ritmo anual de aprovações. O Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima e o BNDES informaram que o Fundo Amazônia quadruplicou o ritmo médio anual de aprovações desde a retomada de sua governança, em 2023. A média passou de cerca de R\$ 300 milhões por ano para aproximadamente R\$ 1,3 bilhão, direcionados a projetos de combate ao desmatamento, fortalecimento da fiscalização ambiental, apoio a povos indígenas e comunidades tradicionais e promoção de atividades produtivas sustentáveis na Amazônia

Legal. **Relevância para o CACD:** O tema é central para o CACD por articular financiamento climático, cooperação internacional, proteção da Amazônia e política ambiental brasileira. Também permite discutir o papel de instrumentos financeiros na implementação de compromissos ambientais, a retomada da credibilidade internacional do Brasil na agenda climática e a importância da governança ambiental para conciliar conservação, desenvolvimento sustentável e soberania sobre a Amazônia.

12 jun

Presidência da COP30 apresenta premissas do Mapa do Caminho. A presidência brasileira da COP30 apresentou, na Europa, as diretrizes iniciais do chamado Mapa do Caminho para acelerar a transição energética de forma justa, ordenada e equitativa. A proposta busca orientar a redução progressiva da dependência de combustíveis fósseis e impulsionar trajetórias compatíveis com o objetivo de alcançar emissões líquidas zero até 2050, conciliando ambição climática, segurança energética e necessidades de desenvolvimento dos países. **Relevância para o CACD:** O tema é altamente relevante para o CACD por envolver diretamente o Acordo de Paris, a diplomacia climática brasileira, a agenda da COP30 e o debate sobre transição energética. Também permite discutir a posição dos países em desenvolvimento diante da descarbonização global, especialmente quanto à necessidade de financiamento, transferência de tecnologia, justiça climática e respeito ao princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas.

15 jun

Empresas projetam eletrificação ampla até 2035. Pesquisa citada pela Reuters indicou que a maioria das empresas espera eletrificar parcela significativa de suas operações até 2035, em meio à pressão por redução de emissões e adaptação a novas exigências regulatórias e de mercado. O dado reflete a aceleração da transição energética no setor privado, com maior demanda por eletricidade limpa, redes mais resilientes, armazenamento de energia e modernização da infraestrutura elétrica. **Relevância para o CACD:** O tema é importante para o CACD porque conecta transição energética, descarbonização industrial, competitividade econômica e segurança energética. Também permite discutir os desafios da eletrificação em larga escala, como financiamento, acesso a minerais críticos, capacidade das redes elétricas e desigualdades entre países desenvolvidos e em desenvolvimento na adaptação produtiva à economia de baixo carbono.

18 jun

Conferência de Bonn termina com avanços limitados. A Conferência de Bonn sobre Mudanças Climáticas, principal reunião preparatória para a COP31 e etapa fundamental da agenda climática internacional após a COP30, encerrou-se com avanços considerados limitados e diversos impasses nas negociações. Organizações da sociedade civil criticaram a lentidão das discussões e a falta de consenso em temas centrais, como financiamento climático, adaptação, mitigação, implementação das metas do Acordo de Paris e apoio aos países em desenvolvimento. **Relevância para o CACD:** A notícia é altamente relevante para o

CACD por evidenciar os desafios da diplomacia climática multilateral e o funcionamento do processo negociador da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC). Também permite discutir as divergências entre países desenvolvidos e em desenvolvimento sobre financiamento climático, perdas e danos, adaptação e transição energética, além das expectativas em relação à COP31 e ao papel do Brasil na consolidação dos resultados da COP30.

25 jun

China mira 50% da eletricidade de fontes não fósseis até 2030. Pequim anunciou um plano energético voltado a elevar, até 2030, a participação de fontes não fósseis na geração de eletricidade. A medida reforça o esforço chinês para ampliar energias renováveis, energia nuclear e outras fontes de baixo carbono, ao mesmo tempo em que busca reduzir a dependência relativa do carvão sem comprometer a segurança energética e o crescimento industrial do país. **Relevância para o CACD:** A notícia é essencial para o CACD porque a China é simultaneamente o maior emissor global de gases de efeito estufa, uma potência industrial dependente de energia abundante e uma liderança tecnológica em setores como solar, eólica, baterias e veículos elétricos. O tema permite discutir transição energética, segurança energética, competição tecnológica verde, geoeconomia da descarbonização e o peso da China nas negociações climáticas internacionais.

25 jun

França tenta preservar meta climática do Banco Mundial. A França intensificou a pressão para que o Banco Mundial mantivesse a meta de destinar 45% de seus empréstimos anuais a projetos relacionados ao clima, diante da resistência do governo dos Estados Unidos em relação à manutenção desse compromisso. O debate evidenciou divergências entre os principais acionistas da instituição sobre o papel dos bancos multilaterais de desenvolvimento no financiamento da transição energética, da adaptação às mudanças climáticas e do desenvolvimento sustentável. **Relevância para o CACD:** A notícia é altamente relevante para o CACD por conectar financiamento climático, governança dos bancos multilaterais de desenvolvimento e negociações entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. Também permite discutir o papel do Banco Mundial na implementação da agenda climática global, as disputas entre grandes potências sobre prioridades de financiamento e os desafios para ampliar os recursos destinados à mitigação, adaptação e desenvolvimento sustentável no Sul Global.

25 jun

Justiça francesa exige que TotalEnergies detalhe riscos climáticos. Um tribunal de Paris determinou que a TotalEnergies divulgue de forma mais detalhada os riscos climáticos associados às emissões geradas pelo uso de seus produtos, bem como seus planos de mitigação. A decisão amplia a pressão judicial e regulatória sobre grandes empresas de petróleo e gás, exigindo maior transparência sobre a compatibilidade de suas estratégias empresariais com as metas climáticas internacionais. **Relevância para o CACD:** A notícia é relevante para o CACD porque envolve

litigância climática, responsabilidade corporativa, dever de transparência e transição energética. Também permite discutir o papel do Judiciário e da regulação ambiental na responsabilização de empresas transnacionais, especialmente em setores intensivos em carbono.

26 jun

Onda de calor extrema atinge a Europa. A Reuters noticiou que uma intensa onda de calor atingiu diversos países europeus, com temperaturas recordes e impactos significativos sobre a saúde pública, os sistemas de transporte, a geração e o consumo de energia, além da infraestrutura urbana. Cientistas consultados pela agência destacaram que a frequência e a intensidade desses eventos têm sido ampliadas pelas mudanças climáticas, reforçando a necessidade de medidas de adaptação e de redução das emissões de gases de efeito estufa. **Relevância para o CACD:** A notícia é altamente relevante para o CACD por ilustrar os efeitos concretos das mudanças climáticas sobre a segurança humana, a saúde pública, a infraestrutura crítica e a segurança energética. Também permite discutir adaptação climática, resiliência urbana, atribuição científica de eventos extremos e os desafios enfrentados por países desenvolvidos e em desenvolvimento diante da intensificação dos impactos do aquecimento global.

29 jun

Banco Mundial deve abandonar meta fixa de 45% para clima. A Reuters informou que o Banco Mundial decidiu não manter a meta fixa de destinar 45% de seus empréstimos a projetos relacionados às mudanças climáticas, embora tenha sinalizado a continuidade e a ampliação de sua atuação na agenda climática por meio da extensão de seu plano de ação. A decisão refletiu as divergências entre seus principais acionistas quanto ao grau de prioridade que a instituição deve conferir ao financiamento climático em relação a outras demandas de desenvolvimento. **Relevância para o CACD:** A notícia é altamente relevante para o CACD por evidenciar os desafios do financiamento climático no âmbito dos bancos multilaterais de desenvolvimento e as disputas entre grandes potências sobre a governança da agenda ambiental global. Também permite discutir o papel do Banco Mundial na implementação do Acordo de Paris, as tensões entre Estados Unidos e países europeus, os interesses dos países em desenvolvimento na ampliação dos recursos para adaptação e mitigação e os limites políticos da institucionalização da agenda climática no sistema multilateral.

DIREITOS HUMANOS, SAÚDE E AFINS

1 jun

ONU cobra justiça e reparação pelos Crimes de Maio no Brasil. Especialistas independentes das Nações Unidas reconheceram os chamados **Crimes de Maio de 2006**, ocorridos principalmente no estado de São Paulo, como graves violações de direitos humanos. Em manifestação oficial, afirmaram que a resposta estatal aos episódios de violência resultou em execuções extrajudiciais, desaparecimentos forçados e outras violações, reiterando a necessidade de investigação imparcial,

responsabilização dos agentes envolvidos, reparação integral às vítimas e adoção de medidas que impeçam a repetição de fatos semelhantes. **Relevância para o CACD:** O tema dialoga diretamente com tópicos recorrentes do concurso, como o Sistema Internacional de Proteção dos Direitos Humanos, combate à impunidade, violência policial, racismo estrutural, dever estatal de investigar graves violações de direitos humanos e cumprimento das obrigações internacionais assumidas pelo Brasil em tratados e no âmbito das Nações Unidas. Também permite discutir a atuação dos procedimentos especiais da ONU e os mecanismos internacionais de monitoramento da situação dos direitos humanos nos Estados.

3 jun

Portugal é eleito para assento não permanente no Conselho de Segurança da ONU. Portugal foi eleito pela Assembleia Geral das Nações Unidas para ocupar assento não permanente no Conselho de Segurança no biênio 2027–2028, em disputa relativa ao grupo da Europa Ocidental e Outros, no qual também foi eleita a Áustria. A eleição confirma a renovação parcial periódica do Conselho, composto por cinco membros permanentes e dez membros não permanentes, estes últimos eleitos por mandatos de dois anos. No caso português, a candidatura foi apresentada como oportunidade de reforçar a defesa do multilateralismo, da Carta da ONU, da solução pacífica de controvérsias e da cooperação internacional em matéria de paz e segurança. **Relevância para o CACD:** Embora a notícia não pertença diretamente ao eixo de saúde ou direitos humanos, ela é relevante para Política Internacional e Organizações Internacionais, pois permite revisar o funcionamento do Conselho de Segurança, a lógica de distribuição regional dos assentos não permanentes e os debates sobre representatividade, legitimidade e reforma da governança global. Também é útil para compreender como Estados de médio porte buscam ampliar sua influência diplomática por meio da atuação em órgãos multilaterais, tema recorrente nas discussões sobre ordem internacional, segurança coletiva e papel da ONU.

4 – 5 jun

Brasil é eleito para o ECOSOC da ONU. O Brasil foi eleito pela Assembleia Geral das Nações Unidas, com 181 votos, para integrar o Conselho Econômico e Social (ECOSOC) no mandato 2027–2029. Principal órgão da ONU responsável pela coordenação das agendas econômica, social e de desenvolvimento sustentável, o ECOSOC reúne 54 Estados-membros eleitos para mandatos de três anos e atua como instância central de articulação das políticas relacionadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Além de coordenar o trabalho de diversas agências especializadas e comissões funcionais, o Conselho supervisiona debates sobre saúde global, desenvolvimento, combate à pobreza, igualdade de gênero, ciência, tecnologia, direitos humanos e financiamento para o desenvolvimento. A eleição reafirma o protagonismo brasileiro no sistema multilateral e amplia a participação do país nas negociações sobre temas centrais da Agenda 2030. **Relevância para o CACD:** A notícia é especialmente importante para o CACD por permitir revisar a

estrutura institucional das Nações Unidas, em especial as competências e o funcionamento do ECOSOC, frequentemente cobrados em Política Internacional e Direito Internacional. Também favorece discussões sobre governança global, Agenda 2030, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, saúde internacional, cooperação para o desenvolvimento, igualdade de gênero, ciência e tecnologia, além da atuação diplomática brasileira nos organismos multilaterais e da estratégia do país de fortalecer sua presença nos principais fóruns decisórios da ONU.

5 jun

OCHA alerta para deslocamento prolongado na Cisjordânia.

Relatório humanitário do OCHA sobre o Território Palestino Ocupado destacou o agravamento da situação na Cisjordânia, especialmente nas áreas de Jenin, Tulkarm e Nur Shams. Segundo o órgão, mais de 33 mil refugiados palestinos foram deslocados desde janeiro de 2025, em uma das maiores crises de deslocamento registradas na Cisjordânia desde 1967. O documento apontou impactos severos sobre a população civil, incluindo destruição de moradias, restrições de movimento, interrupção de serviços essenciais e aumento da vulnerabilidade de comunidades já afetadas pela ocupação e pela instabilidade prolongada. **Relevância para o CACD:** A notícia é muito relevante para temas de Direito Internacional Humanitário, proteção de civis em territórios ocupados, situação dos refugiados palestinos e atuação de agências da ONU, especialmente OCHA e UNRWA. Também permite discutir a centralidade da questão palestina na agenda internacional, os efeitos humanitários da ocupação israelense, os limites da segurança em contexto de conflito assimétrico e os desafios enfrentados pelo sistema multilateral para garantir assistência, proteção e responsabilização em crises prolongadas.

11 jun

ACNUR divulga relatório Global Trends sobre deslocamento forçado.

O relatório anual *Global Trends 2025*, divulgado pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), estimou que **117,8 milhões de pessoas** permaneciam deslocadas à força em todo o mundo ao final de 2025 em razão de guerras, perseguições, violência e graves violações de direitos humanos. Embora a Reuters tenha destacado uma desaceleração no ritmo de crescimento dos deslocamentos em comparação aos anos anteriores, o relatório ressaltou que o número absoluto continuou em patamar historicamente elevado, refletindo a persistência de conflitos prolongados em regiões como Sudão, Ucrânia, Gaza, Mianmar e República Democrática do Congo. O ACNUR também enfatizou que o prolongamento dessas crises dificulta soluções duradouras, amplia a pressão sobre os países de acolhida e reforça a necessidade de maior cooperação internacional. **Relevância para o CACD:** A notícia é de grande importância para o CACD por envolver temas recorrentes de Política Internacional, Direito Internacional e Direitos Humanos, como o regime internacional de proteção aos refugiados, deslocamento forçado, apatridia, crises humanitárias e responsabilidade compartilhada entre os Estados. Também permite revisar a atuação do ACNUR, a Convenção de

1951 relativa ao Estatuto dos Refugiados, o Protocolo de 1967, o Pacto Global sobre Refugiados e os desafios contemporâneos relacionados à proteção internacional, integração de refugiados, financiamento humanitário e gestão das migrações em um contexto de conflitos prolongados e crescente pressão sobre o sistema multilateral.

15 jun

Lula e Tedros pedem conclusão do anexo do Acordo Pandêmico da OMS. Em encontro realizado em Paris, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o diretor-geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), Tedros Adhanom Ghebreyesus, defenderam a rápida conclusão do anexo do Acordo Pandêmico da OMS que trata do **Sistema de Acesso a Patógenos e Repartição de Benefícios (PABS)**. O mecanismo busca estabelecer regras para o compartilhamento rápido de amostras de vírus e outros agentes patogênicos com potencial pandêmico, garantindo, em contrapartida, acesso mais equitativo a vacinas, medicamentos, testes diagnósticos e tecnologias de saúde. Ambos ressaltaram que a conclusão desse instrumento é essencial para fortalecer a preparação e a resposta internacional a futuras pandemias, reduzindo as desigualdades evidenciadas durante a pandemia de COVID-19. **Relevância para o CACD:** A notícia é particularmente importante para o CACD por abordar temas centrais de saúde global, governança sanitária internacional e cooperação multilateral. Permite revisar o processo de negociação do Acordo Pandêmico da OMS, os debates sobre equidade no acesso a vacinas e tecnologias médicas, propriedade intelectual, transferência de tecnologia e financiamento da saúde global. Além disso, evidencia a atuação diplomática brasileira em defesa do fortalecimento do multilateralismo e da redução das desigualdades entre países desenvolvidos e em desenvolvimento no enfrentamento de emergências sanitárias internacionais, tema recorrente nas provas de Política Internacional e Direito Internacional.

15 jun

Alto Comissário da ONU para Direitos Humanos comenta acordo EUA-Irã. O Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos, **Volker Türk**, saudou o acordo firmado entre Estados Unidos e Irã para a redução das tensões no Oriente Médio, destacando que sua implementação deveria ocorrer de boa-fé e em conformidade com o Direito Internacional. Türk ressaltou que qualquer processo de estabilização regional deve ser acompanhado do respeito aos direitos humanos, da proteção da população civil e da responsabilização por violações eventualmente cometidas durante os confrontos. O Alto Comissário também enfatizou a necessidade de contenção por parte dos atores envolvidos, alertando que a escalada militar recente, marcada pelo emprego de drones, mísseis e ataques a instalações estratégicas, ampliou os riscos humanitários e a instabilidade regional. **Relevância para o CACD:** A notícia é relevante para o CACD por conectar direitos humanos, segurança internacional e governança global em um dos principais focos de tensão da política internacional contemporânea. O caso permite discutir a atuação do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH), a proteção de civis em conflitos armados, a responsabilidade internacional por violações de direitos humanos e de Direito Internacional Humanitário (*accountability*), bem como os desafios da diplomacia preventiva, da desescalada de conflitos e da implementação de acordos em contextos de elevada rivalidade geopolítica. Também oferece subsídios para analisar o impacto das novas tecnologias militares, como drones e mísseis de precisão, sobre a segurança regional e a proteção da população civil.

17 jun

CIJ reconhece direito de greve como protegido pela Convenção nº 87 da OIT. A Corte Internacional de Justiça afirmou, em parecer consultivo, que o **direito de greve** está protegido pela liberdade sindical prevista na **Convenção nº 87 da Organização Internacional do Trabalho (OIT)**, ainda que o texto convencional não mencione expressamente a palavra “greve”. A decisão fortalece a compreensão de que a liberdade sindical não se limita ao direito formal de associação, mas abrange também instrumentos necessários à atuação coletiva dos trabalhadores. Ao reconhecer a greve como elemento protegido pelo regime internacional de liberdade sindical, a Corte reforçou a interpretação evolutiva dos tratados de direitos humanos e trabalhistas, considerando seu objeto, sua finalidade e a prática institucional da OIT. **Relevância para o CACD:** A notícia é extremamente relevante para Direito Internacional e Direitos Humanos, pois envolve parecer consultivo da Corte Internacional de Justiça, interpretação de tratados, direitos sociais e atuação normativa da OIT. O tema permite revisar a diferença entre decisões contenciosas e pareceres consultivos da CIJ, o papel das organizações internacionais especializadas no desenvolvimento do Direito Internacional e a proteção dos direitos trabalhistas como parte do sistema internacional de direitos humanos. Também é útil para discutir métodos interpretativos previstos na Convenção de

Viena sobre Direito dos Tratados, especialmente interpretação teleológica, boa-fé, contexto, prática subsequente e evolução normativa de instrumentos internacionais.

17 jun

ONU alerta para risco imediato de fome em Gaza, Sudão e outros “hotspots”. A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e o Programa Mundial de Alimentos (PMA/WFP) divulgaram relatório alertando que **Sudão, Sudão do Sul, Iêmen, Somália, Faixa de Gaza e o nordeste da Nigéria** figuram entre os principais focos mundiais de fome, com risco iminente de agravamento da insegurança alimentar caso não haja ampliação imediata da assistência humanitária. O documento atribui esse cenário à combinação de conflitos armados, deslocamentos forçados, colapso econômico, eventos climáticos extremos e restrições ao acesso humanitário, fatores que comprometem a produção agrícola, as cadeias de abastecimento e o acesso da população a alimentos. As agências ressaltaram que milhões de pessoas enfrentam níveis críticos de insegurança alimentar e que a demora na mobilização internacional poderá resultar em crises de fome de grandes proporções.

Relevância para o CACD: A notícia é altamente relevante para o CACD por integrar temas de segurança alimentar, desenvolvimento sustentável, saúde global e assistência humanitária, frequentemente abordados em Política Internacional e Direito Internacional. O caso permite discutir a atuação da FAO e do Programa Mundial de Alimentos, a relação entre conflitos armados, mudanças climáticas e crises alimentares, além dos desafios da cooperação internacional para prevenir a fome e proteger populações vulneráveis. Também favorece o estudo da Agenda 2030, especialmente o ODS 2 (Fome Zero), e das conexões entre segurança alimentar, estabilidade política, migrações forçadas e segurança internacional.

19 jun

ONU alerta para crianças mortas em Gaza e risco sanitário no Congo. Em briefing realizado no Escritório das Nações Unidas em Genebra, diferentes agências da ONU manifestaram preocupação com o agravamento simultâneo de crises humanitárias em diversas regiões. No caso da **Faixa de Gaza**, representantes da organização denunciaram o elevado número de crianças palestinas mortas e feridas em decorrência das operações militares, reiterando a necessidade de proteção da população civil, de respeito ao Direito Internacional Humanitário e de ampliação do acesso da ajuda humanitária. Paralelamente, a ONU alertou para a situação na **República Democrática do Congo (RDC)**, onde o deslocamento de populações em áreas afetadas por surtos de Ebola dificulta as ações de vigilância epidemiológica, vacinação e atendimento médico, aumentando o risco de propagação da doença em um contexto de conflito e fragilidade institucional. **Relevância para o CACD:** A notícia é particularmente relevante para o CACD por demonstrar a intersecção entre conflitos armados, saúde pública e direitos humanos. O caso permite discutir a proteção internacional de crianças em situações de conflito, o Direito Internacional Humanitário, a atuação das agências especializadas da ONU em emergências complexas e os impactos dos deslocamentos forçados sobre o controle de doenças infecciosas. Também favorece reflexões sobre segurança humana, cooperação internacional em saúde, resposta humanitária e os desafios enfrentados pelo sistema multilateral diante de crises simultâneas que combinam violência, epidemias e vulnerabilidade social.

24 jun

Refugiados sudaneses denunciam detenções e deportações no Egito. A Reuters relatou o aumento das detenções e deportações de cidadãos sudaneses no Egito em meio ao agravamento da guerra civil no Sudão, iniciada em abril de 2023. Organizações de direitos humanos denunciaram que centenas de refugiados e solicitantes de refúgio foram detidos e devolvidos ao território sudanês, muitas vezes sem acesso adequado a procedimentos de asilo ou avaliação individual de seus pedidos de proteção internacional. O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) manifestou preocupação com os relatos de retornos forçados, ressaltando que muitos dos deportados poderiam estar sendo enviados de volta para áreas marcadas por intensos confrontos, violações de direitos humanos e elevado risco à vida e à integridade física. **Relevância para o CACD:** A notícia é especialmente importante para o CACD por envolver temas centrais do regime internacional de proteção aos refugiados e do Direito Internacional dos Direitos Humanos. O caso permite revisar o princípio do **non-refoulement**, considerado um dos pilares da proteção internacional ao proibir a devolução de pessoas a locais onde possam sofrer perseguição, tortura ou outras graves violações de direitos. Também favorece discussões sobre a atuação do ACNUR, os desafios enfrentados pelos países de primeiro acolhimento, a crescente externalização das políticas migratórias e os impactos humanitários da guerra civil sudanesa, atualmente uma das maiores crises de deslocamento forçado do mundo.

30 jun

Guterres diz que UNRWA se aproxima do “ponto de ruptura”. O secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres, alertou que a **UNRWA**, agência da ONU responsável pela assistência aos refugiados palestinos, aproximava-se de um “ponto de ruptura” em razão de grave déficit de financiamento e de restrições operacionais crescentes. Segundo Guterres, a combinação entre escassez de recursos, limitações de acesso humanitário e pressões políticas compromete a capacidade da agência de prestar serviços essenciais, como alimentação, saúde, educação e assistência emergencial a milhões de refugiados palestinos na Faixa de Gaza, na Cisjordânia, no Líbano, na Síria e na Jordânia. O alerta ocorre em meio ao agravamento da crise humanitária em Gaza e à intensificação dos debates internacionais sobre o papel da UNRWA. **Relevância para o CACD:** A notícia é central para o CACD por envolver Oriente Médio, questão palestina, assistência humanitária e funcionamento do sistema ONU. Permite discutir o estatuto singular dos refugiados palestinos, a atuação da UNRWA em comparação ao ACNUR, o financiamento das agências multilaterais e a politização da ajuda humanitária em contextos de conflito prolongado. Também é útil para analisar os limites da governança humanitária internacional, a proteção de civis, o acesso humanitário e a tensão entre imperativos humanitários e disputas geopolíticas.

ECONOMIA

3 jun

Banco Mundial reduz projeções de crescimento da economia mundial. O Banco Mundial revisou para baixo sua projeção de crescimento da economia mundial para 2026, atribuindo a mudança à combinação de fatores como a intensificação das tensões comerciais, o aumento da incerteza geopolítica, a manutenção de taxas de juros elevadas nas principais economias e a desaceleração do investimento privado. Segundo o organismo, esse cenário tende a reduzir o dinamismo do comércio internacional, enfraquecer o ritmo de expansão da atividade econômica global e ampliar a vulnerabilidade das economias emergentes, especialmente daquelas mais dependentes de fluxos internacionais de comércio e de financiamento. **Relevância para o CACD:** A notícia dialoga diretamente com conteúdos centrais do programa de Economia do CACD, especialmente crescimento econômico, macroeconomia internacional e economia internacional. O tema permite discutir fatores determinantes do crescimento potencial, produtividade, impactos dos juros elevados sobre investimento e demanda agregada, além da crescente fragmentação geoeconômica e de seus efeitos sobre o comércio internacional, as cadeias globais de valor e os fluxos de capitais. Também oferece um bom ponto de partida para analisar os desafios enfrentados pelos países emergentes diante de um ambiente internacional marcado por

menor crescimento, maior volatilidade financeira e aumento das tensões entre as grandes potências.

10 jun

G7 promove debate sobre desequilíbrios econômicos globais com participação do Brasil e da China. Sob a presidência da França, o G7 realizou uma reunião extraordinária com a participação de Brasil, China, Índia, Coreia do Sul, Quênia, Egito e do Fundo Monetário Internacional (FMI) para discutir os principais desequilíbrios da economia mundial. A agenda concentrou-se em temas como o excesso de capacidade industrial da China, os persistentes déficits externos dos Estados Unidos, o baixo nível de investimento na Europa e os impactos dessas assimetrias sobre o crescimento global e o comércio internacional. O encontro refletiu a preocupação das principais economias com a necessidade de fortalecer a coordenação macroeconômica e reduzir tensões que vêm pressionando o sistema econômico internacional.

Relevância para o CACD:

A notícia é particularmente relevante para o CACD por ilustrar a governança econômica internacional em um contexto de crescente fragmentação geoeconômica. O episódio permite discutir o papel do G7 e do Fundo Monetário Internacional na coordenação das políticas econômicas globais, os efeitos dos desequilíbrios em conta corrente e dos diferentes modelos de crescimento entre as grandes economias, bem como as disputas em torno da capacidade industrial chinesa e seus reflexos sobre o comércio internacional. Além disso, evidencia o espaço cada vez mais relevante ocupado pelo Brasil em fóruns multilaterais de alto nível, reforçando debates sobre a participação dos países emergentes na formulação das regras da economia global.

12 jun

Banco Mundial revisa perspectivas econômicas para a América Latina. O Banco Mundial revisou suas projeções para as economias da América Latina e do Caribe, indicando um cenário de crescimento moderado para a região em 2026. A instituição reduziu as estimativas para alguns países em razão da desaceleração da economia mundial, da persistência de juros elevados nas principais economias e da menor expansão do comércio internacional. Apesar desse quadro, destacou que países que avançaram na consolidação fiscal, preservaram a estabilidade macroeconômica e fortaleceram seus marcos institucionais tendem a apresentar desempenho relativamente mais favorável, demonstrando maior capacidade de enfrentar um ambiente externo menos dinâmico. **Relevância para o CACD:** A notícia é especialmente relevante para o CACD por permitir analisar os determinantes do crescimento econômico na América Latina e as diferenças de desempenho entre as economias da região. O tema favorece discussões sobre sustentabilidade fiscal, estabilidade macroeconômica, investimento, produtividade e crescimento potencial, além dos efeitos da conjuntura internacional sobre economias emergentes. Também possibilita relacionar o debate às recomendações tradicionalmente formuladas por organismos

financeiros internacionais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, e refletir sobre os desafios estruturais enfrentados pelos países latino-americanos para elevar o crescimento de longo prazo.

18 jun

Operação Compliance Zero investiga supostas irregularidades envolvendo o Banco Master. A Polícia Federal deflagrou a nona fase da Operação Compliance Zero, tendo como um dos principais alvos o Banco Master. A investigação apura a existência de um suposto esquema de crimes financeiros, incluindo lavagem de dinheiro, fraude em operações de crédito e irregularidades na estruturação de produtos financeiros. Também são investigadas possíveis práticas de ocultação de patrimônio e movimentações destinadas a conferir aparência de legalidade a recursos de origem ilícita. A operação integra um conjunto mais amplo de ações voltadas ao combate à criminalidade financeira e ao fortalecimento dos mecanismos de fiscalização do sistema bancário brasileiro. **Relevância para o CACD:** A notícia possui relevância para o CACD por permitir discutir temas centrais de Economia e Direito relacionados ao funcionamento do Sistema Financeiro Nacional. O caso oferece oportunidade para abordar a importância da regulação bancária, dos mecanismos de compliance e governança corporativa, da prevenção à lavagem de dinheiro e do financiamento de atividades ilícitas, bem como a atuação coordenada de instituições como a Polícia Federal, o Ministério Público, o Banco Central e o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf). Além disso, o episódio suscita reflexões sobre estabilidade financeira, integridade dos mercados e fortalecimento das instituições responsáveis pela supervisão e pela transparência do sistema financeiro.

18 – 19 jun

Federal Reserve mantém cautela diante da inflação e dos riscos externos. O Federal Reserve (Fed), banco central dos Estados Unidos, manteve sua postura cautelosa em relação à condução da política monetária, sinalizando que a inflação ainda permanece acima da meta e que o ambiente internacional continua marcado por elevada incerteza geopolítica e comercial. A autoridade monetária indicou que futuras decisões sobre a taxa básica de juros dependerão da evolução dos indicadores econômicos, especialmente inflação, mercado de trabalho e atividade econômica. Após a divulgação da decisão e das projeções do Fed, os mercados financeiros revisaram suas expectativas quanto ao ritmo e ao momento de eventuais cortes de juros, refletindo maior prudência em relação ao processo de flexibilização monetária. **Relevância para o CACD:** A notícia aborda um dos temas mais recorrentes da prova de Economia do CACD: a política monetária dos Estados Unidos e seus efeitos sobre a economia internacional. O episódio permite discutir o papel do Federal Reserve no controle da inflação, os mecanismos de transmissão da política monetária, a relação entre juros e atividade econômica, bem como os impactos das decisões do banco central norte-americano

sobre os fluxos internacionais de capitais, a valorização do dólar, as taxas de câmbio e o financiamento das economias emergentes. Além disso, oferece subsídios para analisar a importância da credibilidade e da autonomia dos bancos centrais, bem como os desafios enfrentados pelas autoridades monetárias diante de um cenário de elevada incerteza geopolítica e desaceleração do crescimento global.

29 jun

Lula entrega ao Congresso projeto que amplia benefícios para MEIs. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva entregou ao presidente da Câmara dos Deputados um projeto de lei destinado a ampliar os direitos e benefícios dos Microempreendedores Individuais (MEIs). A proposta prevê medidas voltadas ao fortalecimento do regime simplificado, incluindo a ampliação da proteção previdenciária e trabalhista, aperfeiçoamentos nas regras de enquadramento e incentivos à formalização de pequenos negócios. Segundo o governo, a iniciativa busca reduzir a informalidade, estimular o empreendedorismo, ampliar a inclusão produtiva e oferecer maior segurança jurídica aos milhões de trabalhadores que atuam sob o regime do MEI. **Relevância para o CACD:** A notícia é relevante para o CACD por abordar temas centrais da economia brasileira relacionados ao mercado de trabalho e às políticas públicas de desenvolvimento. O projeto permite discutir o papel do MEI na redução da informalidade, os efeitos da simplificação tributária sobre a atividade econômica, o incentivo ao empreendedorismo e à geração de renda, bem como os desafios de equilibrar ampliação de benefícios sociais e sustentabilidade fiscal. Além disso, o tema favorece reflexões sobre produtividade, inclusão econômica, arrecadação tributária e o papel das micro e pequenas empresas na estrutura produtiva brasileira, assuntos frequentemente relacionados à formulação de políticas de crescimento e desenvolvimento econômico.

Tensões no Oriente Médio elevam volatilidade do mercado de petróleo. As negociações envolvendo Estados Unidos e Irã, somadas às tensões militares no Oriente Médio, mantiveram elevada a volatilidade dos preços internacionais do petróleo ao longo de junho. Em momentos de maior risco de escalada do conflito, os preços da commodity registraram forte valorização, impulsionados pelo temor de interrupções na oferta global, especialmente diante da possibilidade de restrições ao tráfego no Estreito de Ormuz, rota estratégica para o transporte de petróleo. Com o avanço das negociações diplomáticas e a redução das expectativas de um conflito mais amplo, as cotações recuaram parcialmente, embora tenham permanecido acima dos níveis observados no início do ano, refletindo a permanência de um prêmio de risco geopolítico nos mercados de energia. **Relevância para o CACD:** A notícia é altamente relevante para o CACD por evidenciar a estreita relação entre geopolítica e economia internacional. O episódio permite discutir os efeitos de choques de oferta sobre o mercado mundial de petróleo, seus impactos sobre

inflação, crescimento econômico e política monetária, além da influência dos preços da energia sobre balanças comerciais e contas externas de países importadores e exportadores de petróleo. Também favorece a análise da segurança energética como componente da política internacional, do papel estratégico do Oriente Médio nos mercados globais de energia e das repercussões econômicas de crises geopolíticas sobre cadeias produtivas, fluxos comerciais e estabilidade financeira internacional.

INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA

29 mai

Brasil e Suriname assinam termos para negociar Acordo Comercial de Alcance Parcial. Embora a assinatura tenha ocorrido em **29 de maio**, e portanto esteja fora do recorte temporal solicitado, a notícia é especialmente relevante para a preparação para o CACD. Brasil e Suriname assinaram os **Termos de Referência (TDR)** para a negociação de um **Acordo Comercial de Alcance Parcial (AAP)** no âmbito da **ALADI**, com o objetivo de ampliar significativamente o acordo bilateral vigente desde 2005, que atualmente contempla apenas o comércio de arroz. As futuras negociações deverão abranger a ampliação das preferências tarifárias, regras de origem, procedimentos aduaneiros, medidas sanitárias e fitossanitárias, barreiras técnicas ao comércio, defesa comercial, facilitação do comércio e mecanismos de solução de controvérsias. A iniciativa busca diversificar e intensificar o intercâmbio comercial, estimular investimentos, fortalecer cadeias produtivas regionais e aprofundar a integração econômica entre os dois países. **Relevância para o CACD:** Tema de alta relevância para discutir os instrumentos jurídicos e econômicos da **ALADI**, a estratégia brasileira de aprofundamento da integração regional por meio de acordos de alcance parcial, a política comercial brasileira para a América do Sul e a crescente aproximação com o **Escudo das Guianas** e o Caribe, região que vem adquirindo maior importância geopolítica em razão de seus recursos naturais, projetos de infraestrutura e potencial de integração física e econômica.

18 jun

Parlamento suíço rejeita acordo comercial com o Mercosul. A câmara baixa do Parlamento suíço rejeitou, por **96 votos a 86**, a ratificação do acordo de livre-comércio entre a **Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA)** e o **Mercosul**, refletindo a forte oposição de parlamentares ligados ao setor agrícola e de grupos preocupados com os impactos sociais e ambientais do tratado. Os críticos argumentaram que o acordo poderia aumentar a concorrência sobre os produtores suíços, especialmente no setor agropecuário, além de levantar questionamentos sobre padrões trabalhistas, sustentabilidade e proteção ambiental. Embora a decisão represente um importante revés político, o processo legislativo não foi encerrado, uma vez que o texto ainda deverá ser apreciado pela câmara alta do Parlamento suíço. **Relevância para o CACD:** A notícia é especialmente importante para compreender os desafios contemporâneos enfrentados pelos acordos comerciais

do Mercosul. Permite discutir como fatores domésticos — especialmente a proteção da agricultura, preocupações ambientais e exigências relacionadas ao desenvolvimento sustentável — têm condicionado a aprovação de tratados internacionais, evidenciando que a negociação comercial ultrapassa a dimensão tarifária e envolve questões políticas, sociais e regulatórias. O caso também ilustra os obstáculos à ampliação da inserção internacional do Mercosul e a crescente centralidade da agenda ambiental nas negociações comerciais.

30 jun

68ª Cúpula do Mercosul debate aprofundamento da integração regional. Realizada em Assunção, a 68ª Cúpula do Mercosul reuniu os países do bloco em torno de uma agenda voltada ao aprofundamento da integração regional, com ênfase em comércio, desenvolvimento, cooperação institucional e dimensão social. Entre os resultados destacados, estiveram medidas voltadas à facilitação da circulação de pessoas e à modernização administrativa do bloco, como o reconhecimento da **Carteira de Identidade Nacional (CIN)** brasileira como documento válido para ingresso nos países do Mercosul e a adoção de protocolo de autenticação eletrônica. Essas iniciativas apontam para uma integração que ultrapassa a dimensão estritamente comercial, incorporando temas de cidadania regional, transformação digital e aproximação prática entre os nacionais dos Estados-partes. **Relevância para o CACD:** A notícia é importante para compreender a evolução institucional do Mercosul e sua dimensão cidadã. Permite discutir a passagem de uma agenda centrada na liberalização comercial para uma concepção mais ampla de integração, que envolve circulação de pessoas, reconhecimento documental, cooperação administrativa e construção de uma identidade regional. Para o CACD, o tema também dialoga com política externa brasileira, integração sul-americana, institucionalidade regional e limites do aprofundamento do Mercosul em meio a diferentes prioridades nacionais.

30 jun

Brasil propõe reforço ao Focem. Lula anunciou, durante a Cúpula do Mercosul, a proposta brasileira de destinar **US\$ 100 milhões** ao **Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (Focem)**, mecanismo criado para financiar projetos voltados à redução das assimetrias entre os membros do bloco. Os recursos seriam direcionados a áreas estratégicas para o desenvolvimento regional, como infraestrutura, saneamento, habitação, energia e projetos sociais. A iniciativa reforça a dimensão redistributiva da integração, ao reconhecer que a consolidação do Mercosul depende não apenas da liberalização comercial, mas também da capacidade de diminuir desigualdades estruturais entre economias de diferentes tamanhos e níveis de desenvolvimento. **Relevância para o CACD:** A notícia é especialmente relevante por tratar de um tema clássico da integração regional: o enfrentamento das assimetrias. O Focem permite discutir os limites de uma integração baseada apenas no comércio e evidencia a necessidade de instrumentos financeiros capazes de promover

coesão regional, infraestrutura compartilhada e desenvolvimento equilibrado. Para o CACD, o caso também dialoga com a institucionalidade do Mercosul, a liderança brasileira no bloco, a cooperação para o desenvolvimento e os desafios de aprofundar a integração sul-americana em contexto de restrições fiscais e divergências políticas entre os Estados-partes.

30 jun

Mercosul lança negociações econômicas com o Japão. O Mercosul iniciou negociações com o Japão para a construção de uma parceria econômica, com o objetivo de ampliar o acesso a mercados, estimular investimentos, diversificar fluxos comerciais e favorecer maior integração a cadeias regionais e globais de valor. A iniciativa ocorre em um momento de busca por maior inserção externa do bloco, após avanços em acordos com parceiros extrarregionais, especialmente a União Europeia. Ao aproximar-se de uma das principais economias asiáticas, o Mercosul sinaliza a intenção de reduzir dependências comerciais concentradas, ampliar sua margem de negociação internacional e responder a um cenário global marcado por protecionismo, fragmentação econômica e disputas geopolíticas. **Relevância para o CACD:** A notícia é relevante por conectar o Mercosul à agenda de **regionalismo aberto** e de diversificação das parcerias econômicas externas. Permite discutir a inserção internacional do bloco, os desafios de compatibilizar interesses comerciais distintos entre seus membros e a tentativa de transformar o Mercosul em plataforma de negociação coletiva com grandes economias. Para o CACD, o tema também dialoga com geoeconomia, cadeias globais de valor, política comercial brasileira, multilateralismo comercial em crise e estratégias regionais diante do avanço do protecionismo global.

30 jun

Lula defende aproximação do Mercosul com China, Canadá, Índia e Vietnã. Durante a Cúpula do Mercosul, Lula afirmou que o bloco avançava em diálogos comerciais com **Canadá, Índia e Vietnã**, lançava negociações econômicas com o **Japão** e desejava iniciar tratativas com a **China**. A declaração sinaliza uma estratégia de ampliação da inserção externa do Mercosul, por meio da diversificação de parceiros e da busca por maior presença em mercados relevantes da Ásia e da América do Norte. Ao defender novas frentes de negociação, o Brasil procurou associar o fortalecimento do bloco à capacidade de atuar de forma mais autônoma em um cenário internacional marcado por protecionismo, disputas comerciais e reconfiguração das cadeias globais de valor. **Relevância para o CACD:** A notícia é útil para discutir a relação entre integração regional, autonomia estratégica e geoeconomia. Permite analisar o Mercosul como plataforma de negociação coletiva, mas também evidencia seus dilemas internos, já que a abertura de novas negociações exige coordenação entre países com interesses produtivos, agrícolas, industriais e políticos nem sempre convergentes. Para o CACD, o tema dialoga com diversificação de parcerias, política comercial brasileira, relações Sul-Sul, ascensão asiática, regionalismo aberto e desafios de manter

coesão interna no Mercosul diante de uma agenda externa cada vez mais ampla.

RELAÇÕES BILATERAIS

EUA

10 jun

Governo brasileiro busca conter novo tarifaço dos EUA antes do G7. Às vésperas da Cúpula do G7, integrantes do governo brasileiro informaram que um encontro bilateral entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o presidente Donald Trump era considerado improvável. Apesar disso, permaneciam em curso negociações intensas entre o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), o Itamaraty e o Escritório do Representante Comercial dos Estados Unidos (USTR), com o objetivo de evitar a adoção de novas tarifas norte-americanas sobre produtos brasileiros. O episódio evidenciou o esforço da diplomacia econômica brasileira para preservar o acesso ao mercado norte-americano em um contexto de recrudescimento das medidas protecionistas. **Relevância para o CACD:** A notícia é relevante para discutir a utilização de tarifas como instrumento de política comercial e de política externa, o papel do USTR na formulação da agenda comercial dos Estados Unidos, os mecanismos de negociação bilateral em matéria de comércio internacional e a atuação coordenada entre o Itamaraty e o MDIC na defesa dos interesses econômicos brasileiros. Também oferece um exemplo atual das tensões entre protecionismo e multilateralismo comercial, tema recorrente nas provas do CACD.

16 jun

Lula discursa no G7 e critica o tarifaço de Trump. Durante seu discurso na Cúpula do G7, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva criticou o avanço do protecionismo comercial e condenou o aumento das tarifas adotadas pelos Estados Unidos. Ao defender a preservação de um sistema internacional baseado em regras, Lula afirmou que guerras tarifárias comprometem o funcionamento das cadeias globais de valor, ampliam a insegurança econômica e afetam de forma desproporcional os países em desenvolvimento. A manifestação reforçou a posição tradicional da política externa brasileira em favor do fortalecimento do comércio multilateral e da previsibilidade das relações econômicas internacionais. **Relevância para o CACD:** A notícia é particularmente relevante para discutir a defesa brasileira do multilateralismo econômico, as críticas ao uso unilateral de tarifas como instrumento de pressão política e comercial, o papel da Organização Mundial do Comércio (OMC) na solução de controvérsias e na disciplina das políticas comerciais, bem como os impactos geoeconômicos do recrudescimento do protecionismo sobre o comércio internacional. O episódio também ilustra uma posição historicamente defendida pelo Brasil em favor de uma ordem comercial baseada em regras, previsibilidade e não discriminação.

18 jun

Entre farpas e diplomacia: o saldo de Lula no G7 com Trump, União Europeia e Ucrânia. Após a Cúpula do G7, análises

apontaram que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva adotou uma estratégia de equilíbrio entre firmeza e pragmatismo na condução das relações com os Estados Unidos. Embora tenha mantido críticas às tarifas norte-americanas e ao avanço do protecionismo, evitou transformar as divergências comerciais em um impasse político, preservando os canais de diálogo e negociação bilateral. Ao mesmo tempo, aproveitou o encontro para intensificar contatos com líderes da União Europeia e discutir temas como a guerra na Ucrânia, evidenciando a atuação simultânea do Brasil em diferentes frentes diplomáticas. **Relevância para o CACD:** A notícia é relevante para compreender a estratégia de autonomia da política externa brasileira em um contexto de crescente competição entre grandes potências. Permite discutir a diplomacia presidencial como instrumento de política externa, a capacidade brasileira de negociar simultaneamente com diferentes polos de poder, a distinção entre divergências comerciais e cooperação política e a busca por ampliar a margem de atuação internacional do Brasil sem comprometer relações estratégicas com parceiros relevantes. O episódio também ilustra a inserção internacional brasileira em um cenário marcado por disputas geopolíticas e fragmentação da ordem internacional.

26 jun

Itamaraty reage ao pedido de Flávio Bolsonaro de participar de reunião nos EUA sobre tarifas. O Itamaraty reafirmou que as negociações oficiais relativas às tarifas impostas pelos Estados Unidos são conduzidas exclusivamente pelos canais diplomáticos entre Brasília e Washington. A manifestação ocorreu após o senador Flávio Bolsonaro solicitar participação em uma audiência pública organizada pelo Escritório do Representante Comercial dos Estados Unidos (USTR) sobre a política tarifária norte-americana. Em resposta, a chancelaria brasileira ressaltou que a representação oficial do Estado brasileiro em negociações internacionais compete ao Poder Executivo, por meio do Itamaraty e dos órgãos governamentais responsáveis pela política comercial, preservando a unidade da posição brasileira perante interlocutores estrangeiros. **Relevância para o CACD:** A notícia é especialmente relevante para discutir a competência constitucional do Poder Executivo na condução da política externa, o papel do Itamaraty como órgão responsável pela representação internacional do Estado brasileiro e a coordenação institucional da política comercial. Também permite diferenciar diplomacia oficial e diplomacia parlamentar, além de refletir sobre os impactos que disputas políticas internas podem produzir na projeção externa do país e na condução das negociações bilaterais.

29 jun

Trump comemora decisão da Suprema Corte que amplia seu poder para demitir funcionários federais. A Suprema Corte dos Estados Unidos proferiu decisão que ampliou a autoridade do presidente para destituir dirigentes de determinadas agências federais independentes, fortalecendo o controle do Poder

Executivo sobre parte da administração pública federal. Donald Trump comemorou a decisão, afirmando que ela amplia a capacidade presidencial de implementar sua agenda de governo e de exercer maior supervisão sobre órgãos reguladores. O julgamento reacendeu o debate sobre os limites da autonomia das agências independentes e o equilíbrio entre os Poderes no sistema constitucional norte-americano. **Relevância para o CACD:** Embora se trate de um tema de política interna dos Estados Unidos, a decisão possui reflexos relevantes para a análise das relações Brasil–EUA e da política comparada. Permite discutir o funcionamento das instituições norte-americanas, a separação de poderes, o papel das agências reguladoras e o fortalecimento do Executivo na formulação e implementação de políticas públicas. Também pode produzir impactos indiretos sobre a condução da política comercial, regulatória e externa dos Estados Unidos, influenciando o ambiente institucional das negociações bilaterais. Trata-se, portanto, de um exemplo útil para compreender como mudanças na organização do Estado norte-americano podem repercutir sobre sua atuação internacional.

PAÍSES DA AMÉRICA CENTRAL E DA AMÉRICA DO SUL

9 jun

Brasil incorpora acordo regional de cooperação em segurança nas fronteiras. Entrou em vigor no Brasil o Acordo-Quadro de Cooperação entre os Estados Partes do Mercosul e Estados Associados para a criação de equipes conjuntas de investigação em áreas de fronteira. O instrumento amplia a cooperação policial e judicial entre os países participantes, permitindo a realização de investigações coordenadas para o enfrentamento de crimes transnacionais, como tráfico de drogas, armas e pessoas, além de delitos ambientais. A iniciativa reforça os mecanismos de segurança regional e a coordenação entre os sistemas de justiça e de segurança pública dos países sul-americanos. **Relevância para o CACD:** A notícia é relevante por abordar temas recorrentes no concurso, como integração regional, cooperação em segurança, gestão de fronteiras, combate ao crime organizado transnacional e fortalecimento dos mecanismos institucionais do Mercosul e de seus Estados Associados. Também permite discutir a crescente articulação regional no enfrentamento de ameaças transnacionais.

18 jun

Eleições no Peru: Keiko Fujimori se aproxima da vitória. Com a maior parte das urnas apuradas, Keiko Fujimori passou à frente de Roberto Sánchez na disputa pelo segundo turno das eleições presidenciais do Peru. Diante da diferença reduzida entre os candidatos, Sánchez contestou os resultados preliminares, alegou a existência de irregularidades no processo eleitoral e convocou seus apoiadores a acompanhar a apuração. O pleito evidenciou o elevado grau de polarização política no país e aumentou as incertezas quanto à transição presidencial. **Relevância para o**

CACD: O Peru é um parceiro estratégico do Brasil na cooperação amazônica, na Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), na gestão das fronteiras e nos projetos de integração física e logística voltados à conexão bioceânica entre o Atlântico e o Pacífico. A evolução do cenário político peruano pode influenciar a coordenação bilateral em temas como segurança, infraestrutura, meio ambiente, combate aos ilícitos transnacionais e integração sul-americana.

21 jun

Colômbia elege Abelardo de la Espriella presidente. O candidato conservador Abelardo de la Espriella venceu o segundo turno das eleições presidenciais da Colômbia por uma margem bastante estreita, encerrando o ciclo iniciado em 2022 com a eleição de Gustavo Petro, primeiro presidente de esquerda da história do país. O resultado evidenciou a forte polarização política colombiana e indicou a possibilidade de um redirecionamento da política interna e externa do país, especialmente em temas como segurança, combate ao narcotráfico, relações com a Venezuela e integração regional. **Relevância para o CACD:** A mudança de governo na Colômbia possui impacto direto sobre o ambiente político da América do Sul e sobre a agenda bilateral com o Brasil. A Colômbia é um parceiro relevante em temas como cooperação amazônica, combate ao narcotráfico, gestão das fronteiras, migração venezuelana, segurança regional e articulação em mecanismos de integração sul-americana. Além disso, a alternância de poder contribui para compreender a reconfiguração do mapa político regional e seus possíveis reflexos sobre a atuação diplomática brasileira.

22 jun

Esquerda x direita: novo mapa político da América do Sul. Após a eleição presidencial colombiana, o mapa político da América do Sul passou por novo rearranjo ideológico. A vitória de Abelardo de la Espriella reforçou a presença de governos de centro-direita e direita na região, ampliando a heterogeneidade política do entorno estratégico brasileiro. O resultado soma-se a mudanças recentes em outros países sul-americanos e evidencia um cenário regional marcado por alternância de poder, polarização política e maior dificuldade de construção de consensos duradouros. **Relevância para o CACD:** A notícia é especialmente relevante para compreender os desafios da política externa brasileira diante de uma América do Sul politicamente fragmentada. Permite discutir pragmatismo diplomático, integração regional, coordenação política, relações com governos de diferentes orientações ideológicas e a busca brasileira por preservar agendas de Estado — como infraestrutura, comércio, Amazônia, segurança e desenvolvimento — independentemente das mudanças políticas nos países vizinhos.

22 jun

Vitória apertada de Andrés Espriella limita capacidade de reformas. Em análise publicada após o segundo turno das eleições colombianas, destacou-se que a vitória apertada de Abelardo de la

Espriella deverá limitar sua capacidade de implementar reformas estruturais. A reduzida margem eleitoral tende a dificultar a formação de maiorias estáveis no Congresso, exigindo maior negociação política e favorecendo um governo mais moderado do que o discurso adotado durante a campanha. O cenário reforça os desafios de governabilidade em um contexto de elevada polarização política. **Relevância para o CACD:** A notícia permite discutir governabilidade presidencial, fragmentação partidária e os limites impostos pelos sistemas políticos latino-americanos à implementação de programas de governo. Também é útil para analisar como a estabilidade institucional e a capacidade de articulação política influenciam a condução da política externa colombiana, a cooperação com o Brasil e a participação do país em iniciativas de integração regional.

23 jun

Roberto Sánchez questiona resultado eleitoral no Peru. Após a divulgação dos resultados preliminares do segundo turno das eleições presidenciais no Peru, Roberto Sánchez declarou que não reconheceria o resultado e voltou a denunciar a ocorrência de supostas fraudes eleitorais. Apesar das contestações, as missões internacionais de observação eleitoral da Organização dos Estados Americanos (OEA) e da União Europeia afirmaram que o pleito transcorreu de forma regular, sem evidências que comprometessem sua integridade. As contestações prolongaram o clima de tensão política e incerteza institucional no país. **Relevância para o CACD:** A notícia é relevante por permitir discutir democracia, legitimidade eleitoral, observação internacional de eleições e resolução institucional de disputas políticas, temas recorrentes na atuação da OEA e em debates sobre governança democrática na América Latina. Também oferece subsídios para analisar os desafios de estabilidade política na região e seus possíveis impactos sobre a cooperação regional e as relações bilaterais do Brasil com o Peru.

29 jun

Resultado oficial confirma vitória de Keiko Fujimori no Peru. Com 100% das urnas apuradas, o Escritório Nacional de Processos Eleitorais (ONPE) confirmou a vitória de Keiko Fujimori no segundo turno das eleições presidenciais do Peru, com cerca de 50,1% dos votos válidos. A diferença reduzida em relação a Roberto Sánchez consolidou uma das disputas eleitorais mais acirradas da história recente do país, encerrando semanas de incerteza política e intensa polarização. A oficialização do resultado abriu caminho para a transição de governo, embora o pleito tenha permanecido marcado por contestações e elevado grau de tensão política. **Relevância para o CACD:** A confirmação da vitória de Keiko Fujimori poderá influenciar a orientação da política externa peruana e, consequentemente, a agenda bilateral com o Brasil. O Peru é um parceiro estratégico em temas como cooperação amazônica, integração física e logística entre os oceanos Atlântico e Pacífico, gestão de fronteiras, combate aos ilícitos transnacionais, comércio e atuação na Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA). A notícia também é relevante para

compreender os impactos das mudanças políticas domésticas sobre a integração sul-americana e as relações internacionais da região.

29 jun

Javier Milei anuncia ausência na Cúpula do Mercosul. O presidente argentino Javier Milei confirmou que não participaria da Cúpula do Mercosul, realizada em Assunção, no Paraguai, em meio ao agravamento das divergências políticas com o governo brasileiro. A ausência do chefe de Estado argentino evidenciou as tensões entre Brasília e Buenos Aires e reforçou os desafios de coordenação política no interior do bloco, especialmente em um contexto de diferenças ideológicas entre os governos dos principais sócios do Mercosul. **Relevância para o CACD:** A notícia é relevante por permitir discutir a centralidade das relações Brasil–Argentina para o funcionamento do Mercosul e para a própria integração sul-americana. Também oferece subsídios para analisar o papel da diplomacia presidencial, os efeitos das divergências ideológicas sobre mecanismos regionais e a importância de preservar agendas de Estado — como comércio, integração produtiva, infraestrutura e negociações externas — mesmo em contextos de tensão política bilateral.

30 jun

Lula participa da Cúpula do Mercosul em Assunção. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva participou da 68ª Cúpula do Mercosul, realizada em Assunção, no Paraguai. A reunião concentrou-se no aprofundamento da integração regional, no fortalecimento do Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM), na ampliação das negociações comerciais externas do bloco e em agendas de cooperação em infraestrutura, segurança alimentar e energia. O encontro reafirmou a centralidade do Mercosul como eixo da inserção regional brasileira. **Relevância para o CACD:** A notícia é especialmente relevante por envolver a principal reunião diplomática regional do mês e por reunir temas clássicos do CACD, como integração sul-americana, governança do Mercosul, redução de assimetrias, regionalismo, inserção internacional do Brasil e negociação externa em bloco. Também permite analisar os desafios contemporâneos do Mercosul diante de divergências políticas internas, demandas por modernização institucional e busca por maior projeção comercial internacional.

30 jun

Brasil reafirma estratégia pragmática para as relações com vizinhos sul-americanos. Diante da nova configuração política da América do Sul, marcada pela eleição de governos de diferentes orientações ideológicas, o governo brasileiro afirmou que manterá uma postura pragmática nas relações com os países vizinhos. A estratégia prioriza agendas de interesse comum, como comércio, infraestrutura, integração física, energia, meio ambiente e segurança, buscando preservar a cooperação regional independentemente das mudanças de governo. A posição reforça a tradição diplomática brasileira de privilegiar relações de Estado em detrimento de alinhamentos ideológicos. **Relevância para o**

CACD: A notícia sintetiza uma característica histórica da política externa brasileira: a busca pela continuidade das relações diplomáticas com base em interesses permanentes do Estado, e não na afinidade ideológica entre governos. O tema permite discutir conceitos como pragmatismo diplomático, autonomia, regionalismo, integração sul-americana e a condução da política externa brasileira em um contexto de crescente heterogeneidade política na região, assuntos frequentemente explorados em Política Internacional e História da Política Externa Brasileira.

PAÍSES AFRICANOS

2 jun

Brasil e Moçambique: projeto agroflorestal em Mabalane. A Universidade Federal do Paraná passou a integrar iniciativa de cooperação entre Brasil e Moçambique voltada ao fortalecimento do Centro Agroflorestal de Mabalane. O projeto tem como eixos a preservação ambiental, a pesquisa científica aplicada, a segurança alimentar e a recuperação de áreas degradadas, em articulação com instituições moçambicanas e sob coordenação da ABC/MRE. **Relevância para o CACD:** A iniciativa é relevante por exemplificar a cooperação técnica Sul-Sul promovida pelo Brasil, especialmente no espaço africano lusófono. Além disso, permite articular temas recorrentes no concurso, como diplomacia do desenvolvimento, segurança alimentar, sustentabilidade ambiental, cooperação científica e projeção internacional de políticas públicas brasileiras.

8 jun

Brasil promulga acordo de cooperação em defesa com Angola. Foi promulgado o Acordo de Cooperação entre Brasil e Angola no domínio da Defesa, firmado em Brasília. A medida aprofunda a institucionalização da parceria estratégica entre os dois países e reforça a cooperação bilateral em uma área sensível da política externa, associada à segurança, à capacitação militar e à coordenação em temas de interesse comum. **Relevância para o CACD:** O tema é relevante por articular relações Brasil-África lusófona, cooperação em defesa, Atlântico Sul e ZOPACAS. Também permite discutir a projeção brasileira no entorno estratégico sul-atlântico, a aproximação com países da CPLP e a dimensão político-militar da cooperação Sul-Sul.

24 jun

Brasil quer cooperar com Moçambique em gestão de desastres naturais. Em Maputo, autoridades brasileiras manifestaram interesse em ampliar a cooperação com Moçambique na área de gestão de riscos e desastres naturais. A iniciativa aponta para a possibilidade de intercâmbio técnico e institucional em prevenção, resposta emergencial e fortalecimento de capacidades públicas diante de eventos climáticos extremos. **Relevância para o CACD:** A notícia é relevante por articular cooperação Sul-Sul, adaptação climática, assistência humanitária e resiliência estatal. Também permite discutir a atuação brasileira na África lusófona para além da agenda tradicional de comércio e diplomacia política, destacando a transferência de capacidades públicas em áreas sensíveis ao desenvolvimento sustentável.

26 jun

Brasil e Guiné-Bissau: segurança alimentar e agroecologia.

Uma comitiva de Guiné-Bissau participou, no Brasil, de visita técnica vinculada ao projeto Ecossistemas, voltado ao intercâmbio de experiências em participação social, agroecologia, protagonismo feminino e segurança alimentar. A iniciativa reforça a cooperação entre os dois países em políticas públicas ligadas ao desenvolvimento territorial sustentável e à promoção da soberania alimentar. **Relevância para o CACD:** A notícia é relevante por articular CPLP, cooperação Sul-Sul, segurança alimentar, agroecologia e desenvolvimento sustentável. Também permite discutir a projeção externa de políticas públicas brasileiras e o papel da cooperação técnica como instrumento de aproximação diplomática com países africanos lusófonos.

29 jun

Delegação de Ruanda visita UFLA para cooperação acadêmica e tecnológica.

Delegação de Ruanda visitou a Universidade Federal de Lavras para avançar em tratativas de cooperação acadêmica, científica e tecnológica. As conversas concentraram-se especialmente nas áreas de agricultura, inovação e ciências agrárias, campos nos quais a experiência brasileira pode contribuir para projetos de desenvolvimento produtivo e sustentável. **Relevância para o CACD:** A notícia é relevante por evidenciar a diversificação da presença brasileira na África para além dos países lusófonos. Também permite articular temas como cooperação científica, agricultura tropical, inovação tecnológica, desenvolvimento sustentável e diplomacia do conhecimento como instrumentos de aproximação entre Brasil e países africanos.

PAÍSES ASIÁTICOS

2 jun

China reconhece Brasil como território livre de febre aftosa.

A China reconheceu todo o território brasileiro como zona livre de febre aftosa, resultado anunciado durante visita do chanceler Mauro Vieira a Pequim e alcançado após mais de duas décadas de negociações técnicas e diplomáticas. A medida fortalece a posição do Brasil como fornecedor estratégico de proteína animal ao mercado chinês e pode ampliar o acesso de produtos bovinos e suínos brasileiros a um dos maiores mercados consumidores do mundo. **Relevância para o CACD:** O episódio é relevante por articular comércio exterior, diplomacia sanitária, agronegócio e política externa. Também permite discutir a centralidade da China na pauta exportadora brasileira, os riscos e oportunidades da dependência comercial, bem como o papel de negociações técnicas — especialmente sanitárias e fitossanitárias — como instrumentos de inserção internacional do Brasil.

2 jun

Lula destaca China como alternativa diante de tensão comercial com os EUA.

Após a proposta do governo norte-americano de impor uma tarifa de 25% sobre determinados produtos brasileiros, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ressaltou a importância da parceria estratégica com a China e destacou o recente reconhecimento do Brasil como território livre de febre aftosa pelo governo chinês. Ao mencionar o avanço

sanitário durante críticas ao aumento do protecionismo norte-americano, Lula reforçou a estratégia brasileira de ampliar e diversificar seus mercados externos, reduzindo a vulnerabilidade a medidas unilaterais adotadas por parceiros comerciais. **Relevância para o CACD:** A notícia é importante por evidenciar a crescente centralidade da China na inserção econômica internacional do Brasil e por ilustrar a estratégia de diversificação de parcerias adotada pela política externa brasileira. Também permite discutir temas recorrentes no CACD, como autonomia pela diversificação, pragmatismo diplomático, multipolaridade, guerra comercial, gestão das relações simultâneas entre Brasil, Estados Unidos e China e o impacto das disputas geoeconômicas sobre as estratégias de comércio exterior brasileiras.

16 jun

Lula se reúne com primeira-ministra do Japão e sinaliza avanço em acordo Japão-Mercosul. À margem da Cúpula do G7, realizada na França, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva reuniu-se com a primeira-ministra do Japão, Sanae Takaichi, para discutir o aprofundamento das relações bilaterais e a ampliação da cooperação econômica. Durante o encontro, Lula afirmou esperar avanços concretos nas negociações para um Acordo de Parceria Econômica entre o Mercosul e o Japão até a reunião do bloco, prevista para o fim de junho. Os líderes também manifestaram interesse em fortalecer investimentos, comércio e cooperação estratégica entre os dois países. **Relevância para o CACD:** A notícia é importante por evidenciar a estratégia brasileira de diversificar parcerias econômicas na Ásia por meio do Mercosul, aproximando-se de uma das principais economias desenvolvidas da região. Também permite discutir temas recorrentes no CACD, como integração regional, acordos comerciais, inserção internacional do Mercosul, diversificação de mercados, relações Brasil-Japão e a crescente dimensão geoeconômica da política externa brasileira.

18 jun

Brasil defende parcerias com a China em meio a críticas do G7. Durante a Cúpula do G7, Brasil e Quênia defenderam a legitimidade das parcerias estabelecidas entre países em desenvolvimento e a China, em contraposição à leitura de parte das economias avançadas, que frequentemente associa a presença chinesa a riscos geopolíticos e estratégicos. Lula afirmou que aquilo que o G7 interpreta como ameaça é visto por muitos países não desenvolvidos como oportunidade, especialmente em áreas como infraestrutura, comércio, investimentos e financiamento ao desenvolvimento. **Relevância para o CACD:** A notícia é excelente para discutir a posição do Brasil diante da competição estratégica entre China e Ocidente, bem como a atuação de países do Sul Global em um cenário de transição de poder e fragmentação da governança internacional. Também permite abordar temas recorrentes no CACD, como financiamento ao desenvolvimento, infraestrutura, autonomia diplomática, multipolaridade, pragmatismo da política externa brasileira e busca por maior

margem de manobra em fóruns internacionais dominados por potências tradicionais.

30 jun

Mercosul lança negociações com Japão e mira China, Índia e Vietnã. Na Cúpula do Mercosul, o bloco lançou negociações com o Japão para a construção de um Acordo de Parceria Econômica, movimento que sinaliza a busca por maior aproximação entre o regionalismo sul-americano e economias centrais da Ásia. Na mesma ocasião, Lula afirmou que o Mercosul também avançava em diálogos com Canadá, Índia e Vietnã, além de manifestar interesse em iniciar tratativas com a China. A iniciativa indica esforço de diversificação da agenda externa do bloco e de ampliação de sua inserção em cadeias comerciais e produtivas globais. **Relevância para o CACD:** O tema é central para discutir regionalismo, integração econômica e inserção internacional do Mercosul em contexto de maior fragmentação comercial e avanço do protecionismo. Também permite abordar a estratégia brasileira de diversificação de parcerias, a aproximação com mercados asiáticos dinâmicos, a geoeconomia da Ásia, os desafios de negociação externa do Mercosul e a tentativa de ampliar a margem de autonomia do bloco diante das disputas comerciais entre grandes potências.

PAÍSES EUROPEUS E UNIÃO EUROPEIA

5 jun

União Europeia oficializa veto a carnes, peixe, mel e tripas do Brasil. A União Europeia confirmou a retirada do Brasil da lista de países autorizados a exportar ao bloco determinados produtos de origem animal, como carnes, pescado, mel e tripas destinadas à produção de embutidos. A decisão, que entrará em vigor em 3 de setembro, foi justificada por exigências sanitárias e de controle oficial da cadeia produtiva brasileira. O anúncio ocorreu poucos dias após a entrada em vigor provisória do Acordo Mercosul–União Europeia, evidenciando que a liberalização comercial não elimina a possibilidade de adoção de medidas sanitárias e fitossanitárias previstas pelas regras da Organização Mundial do Comércio (OMC). O governo brasileiro afirmou que continuará negociando com a Comissão Europeia para reverter a restrição. **Relevância para o CACD:** A notícia é especialmente relevante para discutir comércio internacional, medidas sanitárias e fitossanitárias (SPS), barreiras não tarifárias, protecionismo regulatório, governança do comércio internacional e diplomacia comercial brasileira. Também permite analisar os desafios da implementação do Acordo Mercosul–União Europeia e a crescente utilização de padrões regulatórios, ambientais e sanitários como instrumentos de acesso a mercados.

12 jun

UE retoma negociações de adesão da Ucrânia. A União Europeia anunciou a retomada formal das negociações de adesão da Ucrânia e da Moldávia, após a superação do veto imposto pela Hungria. O avanço foi possível depois de entendimentos envolvendo garantias aos direitos da minoria húngara na região ucraniana da Transcarpátia, tema sensível para Budapeste. A

decisão reforça a dimensão geopolítica do alargamento europeu, em contexto de guerra na Ucrânia e de disputa de influência com a Rússia no espaço pós-soviético. **Relevância para o CACD:** A notícia é central para compreender o processo de integração europeia, os critérios políticos de adesão à UE, a política de alargamento do bloco e os impactos da guerra da Ucrânia sobre a arquitetura de segurança europeia. Também permite discutir nacionalismos, minorias étnicas, poder de veto no âmbito comunitário, tensões entre soberania estatal e supranacionalidade, além da resposta europeia à pressão estratégica russa no Leste Europeu.

15 jun

Lula reúne-se com Macron e com presidente da Suíça antes do G7. À margem da Cúpula do G7, em Évian, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva reuniu-se com o presidente francês, Emmanuel Macron, e com o presidente da Confederação Suíça, Guy Parmelin, para discutir o aprofundamento das relações bilaterais. No encontro com Macron, destacaram-se temas como cooperação em defesa — especialmente o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub) —, integração transfronteiriça entre a Guiana Francesa e o Amapá, desenvolvimento de supercomputadores, inteligência artificial, saúde global e preparação para a COP30. Já a reunião com Parmelin concentrou-se na ampliação do comércio e dos investimentos, no avanço das negociações entre o Mercosul e a EFTA, além da cooperação em inovação tecnológica, energia, saúde e defesa. **Relevância para o CACD:** A notícia é particularmente relevante para compreender a estratégia brasileira de diversificação de parcerias com a Europa, articulando dimensões comercial, tecnológica, científica e de defesa. Também permite revisar temas recorrentes do CACD, como as relações Brasil–França, a cooperação transfronteiriça na região amazônica, o Prosub como exemplo de parceria estratégica em defesa, as negociações entre Mercosul e EFTA e o papel da inovação, da inteligência artificial e da transição energética na agenda contemporânea da política externa brasileira.

16 jun

Brasil e UE criam canal de diálogo sobre veto à carne, mas impasse permanece. Durante a Cúpula do G7, Brasil e União Europeia decidiram criar um mecanismo político-técnico de diálogo entre o Itamaraty e a Comissão Europeia para acelerar as tratativas relativas a entraves comerciais envolvendo produtos de origem animal e siderurgia. A iniciativa buscou dar tratamento diplomático mais célere a disputas regulatórias e comerciais que afetam exportações brasileiras ao mercado europeu. Apesar da abertura do canal de negociação, o veto europeu a determinados produtos de origem animal do Brasil permaneceu em vigor, revelando a persistência de exigências sanitárias, técnicas e regulatórias como condicionantes do acesso ao mercado europeu. **Relevância para o CACD:** A notícia é um ótimo exemplo de gestão diplomática de controvérsias comerciais em contexto de interdependência econômica e assimetrias regulatórias. Permite discutir barreiras não tarifárias, medidas sanitárias e fitossanitárias, defesa comercial, diplomacia econômica, siderurgia e padrões

regulatórios europeus. Também é útil para analisar a tensão entre liberalização comercial e protecionismo regulatório, especialmente no contexto das negociações e da implementação do Acordo Mercosul–União Europeia.

19 jun

Ucrânia aceita proposta de Lula para ajudar em negociações de paz. Após encontro entre Lula e Volodymyr Zelensky à margem da Cúpula do G7, um assessor do governo ucraniano afirmou que Kiev recebeu positivamente propostas brasileiras voltadas à reativação de canais diplomáticos para a guerra na Ucrânia. Entre as ideias mencionadas estava a possibilidade de mobilizar contatos com membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU, buscando criar condições políticas para negociações de paz. A sinalização ucraniana indicou disposição em dialogar com o Brasil, apesar das divergências anteriores sobre o conflito e sobre o papel de Moscou nas tratativas. **Relevância para o CACD:** A notícia é relevante para analisar a política externa brasileira diante da guerra Rússia–Ucrânia, especialmente a tentativa de combinar defesa da solução pacífica de controvérsias, autonomia diplomática e busca por maior protagonismo internacional. Também permite discutir mediação, Conselho de Segurança da ONU, reforma da governança global, neutralidade ativa, multilateralismo e os limites da atuação de potências médias em conflitos envolvendo grandes potências.

22 jun

Keir Starmer anuncia renúncia no Reino Unido. O primeiro-ministro britânico Keir Starmer anunciou que deixaria o cargo após reconhecer a perda de condições políticas para conduzir o Partido Trabalhista até as eleições gerais de 2029. A decisão abriu uma disputa interna pela liderança trabalhista e, consequentemente, pela chefia do governo, uma vez que o partido mantinha maioria parlamentar. Segundo a Reuters, a saída de Starmer poderia favorecer nomes como Andy Burnham, então apontado como possível sucessor. O episódio evidenciou a centralidade dos partidos e da confiança parlamentar no funcionamento do sistema político britânico. **Relevância para o CACD:** A notícia é importante para revisar o parlamentarismo britânico, a relação entre liderança partidária e chefia de governo, a estabilidade institucional no Reino Unido e os mecanismos de sucessão em democracias parlamentares. Também permite acompanhar possíveis impactos sobre a política externa britânica, inclusive nas relações com a Europa, com os Estados Unidos e com o Brasil, além de temas como comércio, clima, defesa e governança global.

22 jun

Próximos passos após a renúncia de Starmer. Após o anúncio de renúncia de Keir Starmer, ficou previsto que ele permaneceria interinamente no cargo até a escolha de seu sucessor pelo Partido Trabalhista. Como o Reino Unido adota o parlamentarismo, a sucessão não dependeria de eleição direta imediata: o novo líder trabalhista, caso conservasse o apoio da maioria na Câmara dos Comuns, poderia ser convidado pelo monarca a formar governo e assumir o posto de primeiro-ministro. O episódio ilustra a distinção entre chefia de Estado, exercida pelo rei, e chefia de governo, exercida pelo primeiro-ministro. **Relevância para o CACD:** A

notícia é útil para revisar o funcionamento do parlamentarismo britânico, especialmente a relação entre maioria parlamentar, liderança partidária e formação de governo. Também permite discutir a diferença entre chefia de Estado e chefia de governo, os mecanismos de sucessão em regimes parlamentares e a estabilidade institucional do Reino Unido em momentos de crise política.

PAÍSES DO ORIENTE MÉDIO

8 – 10 jun

Cooperação acadêmica Brasil–Emirados em IA. O CERALE 2026, realizado no Rio de Janeiro, reuniu representantes da Fundação Getulio Vargas (FGV), de universidades europeias e de instituições dos Emirados Árabes Unidos para debater os impactos da inteligência artificial, da inovação tecnológica e da transformação digital sobre a economia e as relações internacionais. O encontro também buscou fortalecer a cooperação acadêmica e científica entre Brasil, Europa e Emirados, incentivando parcerias em pesquisa, formação de recursos humanos e desenvolvimento tecnológico. **Relevância para o CACD:** A notícia ilustra a crescente utilização da diplomacia científica e tecnológica como instrumento de política externa, evidenciando o papel da cooperação internacional em áreas estratégicas, como inteligência artificial e inovação. Também é relevante para compreender o aprofundamento das relações entre o Brasil e os países do Golfo, especialmente os Emirados Árabes Unidos, que vêm ampliando investimentos em tecnologia, educação e economia do conhecimento, além de reforçar temas recorrentes no CACD, como cooperação Sul-Sul, diversificação de parcerias internacionais e inserção do Brasil em cadeias globais de inovação.

17 mai

Acordo preliminar de paz entre EUA e Irã. O memorando preliminar de paz entre Estados Unidos e Irã previa medidas de desescalada regional, incluindo o alívio gradual de sanções econômicas contra Teerã, a reabertura do Estreito de Ormuz e a retomada de negociações nucleares em prazo de 60 dias. O texto também indicava a possibilidade de uma resolução no Conselho de Segurança da ONU, o que conferiria maior respaldo multilateral ao entendimento e poderia reduzir tensões em uma das áreas mais sensíveis para o comércio energético global. **Relevância para o CACD:** A notícia é central para a compreensão da política internacional contemporânea, pois envolve temas recorrentes como programa nuclear iraniano, sanções econômicas, segurança energética, livre navegação em estreitos internacionais e papel do Conselho de Segurança na manutenção da paz e da segurança internacionais. Para o Brasil, o episódio é relevante por afetar preços de energia, fluxos comerciais, importação de fertilizantes e a margem de atuação diplomática em defesa de soluções negociadas, do multilateralismo e da estabilidade no Oriente Médio.

18 – 19 jun

Brasil saúda memorando EUA–Irã. O Itamaraty recebeu com satisfação o acordo preliminar entre Estados Unidos e Irã,

destacando a importância do cumprimento integral dos compromissos assumidos pelas partes para a redução das tensões no Oriente Médio. A diplomacia brasileira também reconheceu o papel de Qatar e Paquistão na mediação do entendimento, bem como o apoio de Arábia Saudita, Egito e Turquia, o que evidencia a participação de atores regionais relevantes na construção de uma solução negociada. **Relevância para o CACD:** A posição brasileira reafirma princípios tradicionais da política externa do país, como a defesa da solução pacífica de controvérsias, da negociação diplomática, do multilateralismo e da estabilidade regional. A notícia é relevante para compreender como o Brasil se posiciona diante de crises no Oriente Médio, sobretudo em temas que envolvem segurança internacional, programa nuclear iraniano, livre navegação, abastecimento energético e impactos indiretos sobre comércio, fertilizantes e segurança alimentar.

20 jun

Itamaraty busca fertilizantes diante da crise de Ormuz. Com o fechamento do Estreito de Ormuz, o Ministério das Relações Exteriores foi acionado para mapear fornecedores emergenciais de fertilizantes, especialmente de ureia, insumo essencial para o agronegócio brasileiro. A medida refletiu a preocupação com a dependência brasileira de fornecedores localizados no Golfo Pérsico, uma vez que Irã, Qatar, Arábia Saudita, Omã e Emirados Árabes Unidos respondiam por parcela relevante das importações nacionais do produto. A crise evidenciou como tensões geopolíticas no Oriente Médio podem afetar diretamente cadeias produtivas brasileiras. **Relevância para o CACD:** A notícia conecta política internacional, segurança energética, segurança alimentar e vulnerabilidade externa da economia brasileira. Para o CACD, é especialmente relevante porque mostra a interdependência entre estabilidade no Oriente Médio, livre navegação em pontos estratégicos, abastecimento de fertilizantes e desempenho do agronegócio nacional. Também permite discutir a diplomacia econômica brasileira, a busca por diversificação de fornecedores e a importância do Itamaraty na gestão de crises com impacto comercial e produtivo.

24 jun

Investidores Brasil–EAU discutem infraestrutura e inovação. Encontro realizado no Rio de Janeiro reuniu representantes brasileiros e dos Emirados Árabes Unidos com o objetivo de ampliar parcerias em infraestrutura, inovação e desenvolvimento econômico. A agenda reforçou o interesse emirático em setores estratégicos da economia brasileira e sinalizou oportunidades de cooperação em investimentos, tecnologia, logística e projetos de modernização produtiva. **Relevância para o CACD:** A notícia é importante para compreender a aproximação entre Brasil e países do Golfo, especialmente em temas ligados à atração de investimentos, fundos soberanos, infraestrutura e diversificação de parcerias econômicas. Também permite discutir a inserção internacional brasileira para além dos eixos tradicionais, com destaque para a diplomacia econômica, a cooperação com

economias emergentes de alta capacidade financeira e a articulação entre desenvolvimento nacional e capital estrangeiro.

LUMEN
— EX STUDIO, LUX —